

D. FERNANDO II

Maria Antónia Lopes

D. FERNANDO II

UM REI AVESSO À POLÍTICA

TEMAS & DEBATES

Introdução

1. Este livro é uma obra de História e não um romance. Mas é possível fazer História com todas as regras de rigor científico e apresentar os resultados da investigação num texto fluente e claro, podendo ser lido tanto por especialistas como pelo grande público culto. Foi o que pretendi e espero tê-lo conseguido. Esta particularidade da História — a possibilidade de recurso a um vocabulário de uso comum na sua exposição de resultados, o que a distingue de áreas do saber como por exemplo a Física ou Linguística — gera um equívoco frequente: que qualquer um pode publicar um livro que acredita ser de História. Infelizmente, exemplos não faltam. Devem, portanto, esclarecer-se algumas confusões que persistem junto de quem está menos familiarizado com a epistemologia, metodologia e deontologia historiográficas.

A História assenta sempre em fontes, o que significa documentos da época (que podem ser de natureza muito diversificada), e nunca em estudos sobre a matéria em análise, aos quais, obviamente, tem também de recorrer. Quando se trabalha apenas com base em bibliografia, estamos perante um trabalho de síntese ou de um ensaio, mas não de um texto historiográfico. O ensaio é uma reflexão interpretativa sobre dados descobertos e fornecidos pelos investigadores. A síntese não passa de uma arrumação de informações colhidas em estudos já publicados e que nada acrescenta ao que já se sabia. O historiador, além de recorrer obrigatoriamente a fontes, que há que saber localizar, criticar, contextualizar e interpretar, tem de se sustentar num conhecimento epistemológico e bibliográfico bem refletido e num domínio prático da metodologia histórica da pesquisa, análise, interpretação e exposição. Por isso, a História não pode ser equiparada a relatos publicados por quem ignora os saberes, as técnicas e a deontologia inerentes a esta ciência.

Também não pode confundir-se História com Literatura. Esta não vive sem a liberdade criativa, sem a imaginação e sem a beleza e plasticidade da

escrita que no conjunto fazem a sua grandeza. Quanto à História, enquanto ramo do conhecimento, não existe sem provas, o que significa que tudo o que afirma tem de ser comprovado por fontes credíveis e claramente identificadas e nada que não esteja provado pode ser defendido.

2. D. Fernando II, o segundo e último rei consorte de Portugal, tem sido estudado na sua qualidade de artista, um dos fundadores do romantismo e do revivalismo português de Oitocentos, tanto na sua vertente criadora, como na de colecionador, protetor, restaurador e mecenas. Consagrada sobretudo a esse campo, temos já uma boa biografia do rei, que devemos a José Teixeira (1986). Outros especialistas em História de Arte debruçaram-se também sobre a ação e personalidade do Rei Artista, como José-Augusto França (1966, 1974-75), José Martins Carneiro (1985, 2009), Regina Anacleto (1986, 1997), Paulo Pereira e José Martins Carneiro (2012). Todos enaltecem D. Fernando enquanto personalidade ligada às Artes.

Enquanto político, e em geral descrito como inábil, manipulável e pusilânime, D. Fernando é mencionado pelos que se têm dedicado à tumultuosa história das primeiras décadas do liberalismo português e à figura e reinado de sua mulher, D. Maria II. Desta existem duas biografias: a de Ester de Lemos, de 1954, e a de Maria de Fátima Bonifácio, de 2005. Em ambas encontramos, além da personagem política, algumas páginas sobre o homem, o marido e o pai, o que também não foi esquecido por José Teixeira. Utilizaram os três autores cartas privadas trocadas entre a rainha e o rei e recebidas pelos seus filhos e, ainda, algumas outras, todas redigidas em francês, que D. Maria e D. Fernando escreveram e receberam da família estrangeira. Ester de Lemos, que não é historiadora, cometeu o erro, comum a quem não domina a metodologia e a deontologia historiográficas, de não identificar nem localizar a documentação que usou. Mas leu-a, de facto, transcrevendo com correção e reproduzindo imagens de várias missivas autógrafas e então inéditas que, sei agora, se encontram na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo (estas estavam então no Ministério das Finanças).

Quanto a biografias de D. Fernando, possuímos duas: a de José Teixeira, já mencionada, e uma outra publicada ainda em vida do rei, de autoria de F. J. Pinto Coelho (1878). Como não podia deixar de ser, esta, dedicada ao biografado, é claramente laudatória, residindo o seu interesse na informação factual, por vezes pormenorizada, embora nem sempre exata. José Teixeira fez uma boa pesquisa nos arquivos portugueses, mas a obra tende para o panegírico. Pela sua área disciplinar, privilegiou largamente o artista, mas não

esqueceu um breve apanhado dos acontecimentos políticos que o rei protagonizou nem os aspetos da sua vida familiar, compulsando documentação de diferente tipologia que referenciou escrupulosamente.

Existem ainda alguns trabalhos de Marion Ehrhardt (1985, 1988), alemã radicada em Portugal, que revelou trechos de algumas cartas de D. Fernando escritas em alemão e preservadas na Alemanha. Embora estas publicações datem da década de 1980, Marion Ehrhardt cometeu o erro de Ester de Lemos, pois ocultou a localização das suas fontes, omitindo até as datas das cartas usadas. No seu último artigo (2010), porém, já identificou corretamente os documentos nele citados. Por fim, Luís Espinha da Silveira, na sua biografia de D. Luís (2006), e em menor grau eu própria ao biografar as rainhas Estefânia e Maria Pia (2011b), usámos ambos correspondência privada e caracterizámos aspetos da personalidade de D. Fernando.

A intervenção política de D. Fernando durante o reinado da esposa é conhecida nas suas grandes linhas, desde as histórias clássicas de Pinheiro Chagas e de Damião Peres até à biografia de D. Maria II, de Maria de Fátima Bonifácio. Para a sua reconstituição têm sido exploradas boas fontes impressas, como os textos jornalísticos, tão acutilantes e mordazes, as cartas, os diários e a memorialística de intervenientes dos principais acontecimentos políticos desse primeiro e convulso liberalismo português. É impossível estudar a política da época e as figuras da rainha e do rei consorte sem recorrer às memórias do marquês de Fronteira (José Trazimundo Mascarenhas Barreto) e do conde do Lavradio (Francisco de Almeida Portugal), editadas respetivamente em 1926-1932 (reeditadas em 1986) e em 1934-1940; e aos documentos publicados por António Viana (1891, 1894) e por Ruben Andresen Leitão (1955, 1958), no caso do primeiro relativos a José da Silva Carvalho e do segundo de fontes existentes nos Arquivos de Windsor. Outras memórias, de âmbito mais circunscrito, como as de Francisco António Martins Bastos (1863), António Luís de Sousa Henriques Seco (1889) e Bulhão Pato (1894-1907) são também de valia. Quanto às cartas privadas já transcritas e disponibilizadas ao público, o maior labor deve-se a Ruben Andresen Leitão (1945, 1954, 1955, 1958, 1961, 1966, 1986). Maria Filomena Mónica completou a correspondência trocada entre D. Pedro V e o príncipe Alberto, onde tanto se fala de D. Fernando, publicando as respostas do príncipe inglês (2000). Maria de Fátima Bonifácio procurou em Windsor cartas inéditas de D. Maria II (2005), mas as que refere desse arquivo estavam já, em grande parte, publicadas por Ruben Andresen Leitão (1955, 1958).

A atuação política de D. Fernando não pode nem será aqui esquecida, ele que foi empurrado para o centro de sucessivas e contínuas insurreições, con-

trainsurreições e intrigas. Além disso, nas cartas agora descobertas, há apreciações importantes e reveladoras do seu pensamento e da sua ação. Tais aspetos concentram-se sobretudo na Parte II deste livro, consagrada ao período do reinado de D. Maria e da regência de D. Fernando, em que este foi, a seu pesar, um estadista. Mas nesta biografia acentuar-se-á a sua vida privada, aquela que o rei verdadeiramente apreciava e pôde gozar quando a subida ao trono do seu filho Pedro, em 1855, o libertou das penosas obrigações políticas que lhe eram impostas.

D. Fernando era um Coburgo casado na família de Bragança, com irmãos que se ligaram aos Orleães e filhos que se associaram à linha albertina de Saxe, aos Hohenzollerns e aos Saboias. Era, portanto, filho, irmão, sobrinho, primo, cunhado, tio, «compadre» e sogro de arquidukes soberanos, reis e príncipes em países tão diversos como a Áustria, Hungria, Saxónia ducal, Bélgica, Inglaterra, Brasil, França, Saxónia real, Prússia e Itália. Não tenhamos dúvidas de que esta rede poderosa em que se integrava era importantíssima para ele. Sei agora que não tanto pela influência política internacional que tal parentela lhe conferia — ao contrário dos viciados obsessivos pela política europeia que eram o seu tio Leopoldo I rei dos Belgas e o seu primo Alberto, príncipe consorte da Grã-Bretanha —, mas porque D. Fernando era vaidoso da sua posição e como todos os Coburgos sentia um orgulho desmedido pela família. Para a sua biografia era pois fundamental descobrir as fontes existentes nos arquivos estrangeiros. As minhas pesquisas foram infrutíferas na Áustria, Bélgica e Brasil, nuns casos por inexistentes e noutros por má vontade dos responsáveis pelos arquivos. Em contrapartida, localizei ótimas fontes inéditas, abundantes e esclarecedoras em arquivos alemães. E também em Portugal, onde permaneciam intocadas as cartas que D. Fernando recebeu em língua alemã. Ao aceitar o desafio de biografar Fernando II de Portugal, nunca poderia deixar de localizar, transcrever, traduzir e analisar essa enorme massa documental.

Não podemos esquecer que a sua língua nativa era o alemão e é óbvio que a correspondência com a família de origem, e ainda boa parte da que trocava com os filhos, era redigida nesse idioma. Só se excetuava a rainha Vitória (Saxe-Coburgo pela mãe), que, embora fluente em alemão, se sentia pouco à vontade na escrita. Como se passava exatamente o mesmo com D. Fernando em relação ao inglês, os dois primos correspondiam-se em francês. De arquivos portugueses e alemães compulsei mais de um milhar de cartas manuscritas emitidas e recebidas por D. Fernando. Salvo os trechos publicados por Marion Ehrhardt e uma missiva trazida a lume por José Galvão

(1998), o *corpus* em alemão estava inexplorado. Analisá-lo foi um trabalho árduo, dispendioso e difícil, até pela letra germânica oitocentista, tão diferente da que se usava nos restantes países ocidentais. Das fontes inéditas e de índole privada decorrem as principais novidades deste livro.

Há que ter presente o peculiar ambiente entre as famílias reinantes e da alta aristocracia do século XIX. Correspondiam-se continuamente, sempre amáveis, abusando das declarações de afeto e profunda estima, mera convenção que não pode ser entendida à letra. Os reinantes (fossem imperadores, reis, príncipes ou duques) e os seus cônjuges tratavam-se protocolarmente por irmãos. Os seus filhos dirigiam-se aos outros soberanos e aos seus filhos chamando-lhes primos. Simulavam assim a pertença a uma única família. Por isso faziam luto sempre que um deles morria e que na maioria dos casos nunca tinham visto ou por quem não sentiam qualquer afeto. Pelas mesmas razões festejavam os aniversários, enviavam parabéns pelos nascimentos e casamentos, celebravam ações de graças pelo restabelecimento de uma doença grave ou sobrevivência a um acidente ou atentado. Na correspondência de familiares próximos, entre filhos e pais, netos e avós, sobrinhos e tios, irmãos, cunhados e primos, também as expressões de amor e de respeito são hiperbólicas, infalivelmente a abrir e a fechar cada missiva. Quanto às cartas trocadas entre marido e mulher, são sempre as que se revelam menos codificadas.

Apesar de tais convenções, afinal fáceis de detetar e desconstruir, e dos assuntos abordados, que, como em toda a correspondência, dependem da personalidade do interlocutor, as cartas privadas destas altas personagens já demonstraram ser um recurso metodológico seguro e de grande valia para a compreensão dos seus temperamentos e reveladoras de ações por vezes surpreendentes que se mantiveram sigilosas, ações estas não só de âmbito privado mas também político, incluindo atividade diplomática, o que sucedeu, por exemplo, quando investiguei a vida da rainha D. Maria Pia (2011b). Assim sendo, a biografia que se apresenta difere do que já se tem escrito sobre D. Fernando porque presta muita atenção às suas relações pessoais e a tudo o que lhes interessa e transmitem uns aos outros, iluminando a rede familiar e dinástica de extraordinário alcance em que Fernando Coburgo se integrava. Não é o Rei Artista, cognome que ainda em vida lhe atribuíram, que será aqui estudado. Embora, obviamente, não se desatenda ao que foi a sua faceta de apaixonado pelas artes, artista plástico, músico, paisagista, colecionador, construtor do palácio e parque da Pena e protetor do património e de tantos artistas, não é essa a novidade deste livro, pois o assunto tem sido trabalhado pelos historiadores de arte e continuará decerto a sê-lo. Aqui encontra-se, so-

bretudo, o D. Fernando marido, pai, filho, irmão, sobrinho, primo e amigo; o rei que comenta a política de Lisboa e se irrita e indigna com as intrigas partidárias e com os seus protagonistas; o homem com os seus interesses, ocupações, convicções, aversões, paixões, egoísmos, vaidades, alegrias, tristezas e desencantos. O texto é narrativo, como não pode deixar de ser numa biografia, e interpretativo, porque há que conhecer, compreender, explicar. O fio condutor é a sua vida e não o contexto, e, portanto, a lógica expositiva assenta nas vicissitudes da sua existência.

Por fim, e desde já o quero fazer, é necessário esclarecer a questão da família e da nacionalidade de D. Fernando. Afirma-se invariavelmente que o rei era alemão, sem que se explique o significado da palavra nessa época. A Alemanha não existiu enquanto país antes de 1871 e quando Fernando nasceu, em 1816, o vocábulo designava todo o espaço de língua alemã. A partir de 1815, este coincidia com a Confederação Germânica, constituída sob a égide da Áustria, que tinha como rival a Prússia, os dois países predominantes. Além das duas potências, existiam 37 estados independentes que atualmente se situam na sua maioria em território alemão, mas também na Áustria, Luxemburgo, República Checa, Eslovénia, Polónia, etc. No *terminus* do seu processo de unificação, a Alemanha adotou como seu o nome de uma vasta região de que esse país era uma parte — abusivamente, tal como a Espanha o fizera ao arrogar-se um nome que era o de toda a península Ibérica. Portanto, só se pode dizer que D. Fernando II era alemão depois de se explicitar a evolução semântica das palavras «Alemanha» e «alemão».

Fernando de Saxe-Coburgo nasceu e cresceu em Viena, donde saiu para sempre em 1835, mas desde 1827 que tinha nacionalidade húngara, a da família materna. Contudo, os coburgueses do lado do pai não o consideravam húngaro, mas sim austríaco. E, obviamente, alemão, como eram todos eles, fossem austríacos, coburgueses, bávaros, prussianos, etc. Por ser católico, Fernando estava excluído da sucessão no ducado de Saxe-Coburgo-Gotha, embora continuasse a ser membro da família ducal e assim foi considerado até à morte. Já rei de Portugal, reconhecia o duque soberano de Coburgo como chefe da sua linhagem. Quando ocorria um assunto grave de ordem familiar (nascimento, doença perigosa, morte), D. Fernando apressava-se a anunciá-lo ao duque (sucessivamente um tio e um primo), afirmando que assim o comunicava ao chefe da família, palavra entendida aqui no sentido de linhagem ou Casa. Esta chefia do duque era, contudo, apenas num sentido privado e as informações enviadas um mero gesto de deferência protocolar, pois ao duque não cabia autorizar ou proibir nada que respeitasse a D. Fer-

nando e filhos. Ao casar com uma rainha de direito próprio, D. Fernando tornara-se português e não detinha nem a chefia da sua família nuclear nem a da Casa de Bragança. A autoridade pertencia à rainha e depois da sua morte ao rei reinante, os seus filhos Pedro e Luís.

3. Como acontece sempre em obras que exigem um tão grande esforço, sou devedora do incentivo e da ajuda de muitos, desde os dirigentes dos arquivos e bibliotecas, aos que me auxiliaram na transcrição, tradução e recolha bibliográfica e aos que estiveram sempre presentes, acreditando nesta investigação e incentivando-me todos os dias. Agradeço a compreensão e facilidades concedidas pelo Professor José Augusto Bernardes, diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na consulta do seu acervo, o qual reúne praticamente todas as fontes impressas e bibliografia necessárias a um biógrafo de uma figura oitocentista portuguesa. Destaco outrossim o profissionalismo ímpar dos responsáveis dos arquivos de Coburgo e de Gotha.

Agradeço à Professora Regina Anacleto os esclarecimentos prestados para a elaboração de alguns pontos do capítulo 6 da Parte II deste livro. Sendo eu incapaz de ler a letra alemã oitocentista, devo esse trabalho, desempenhado com uma eficiência e qualidade notáveis, a Thomas Wetter; e à Professora Cornelia Plag agradeço a indicação desse paleógrafo. Pude contar com as ajudas preciosas da Dr.^a Rita Quezada na tradução de textos alemães, do Dr. Carlos Faisca na transcrição de manuscritos existentes em Lisboa e da Dr.^a Sónia Nobre na recolha bibliográfica em Coimbra.

Expresso a minha gratidão à Dr.^a Guilhermina Gomes, diretora editorial do Círculo de Leitores, por me ter confiado este livro, e aos meus colegas e amigos Professores Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, pois foram eles que me desafiaram a escrevê-lo e acompanharam de perto o seu processo de gestação. Ao Paulo devo também a indicação de algumas fontes da Biblioteca Nacional e da Torre do Tombo, que foi encontrando enquanto pesquisava o «seu» D. Pedro III.

Por fim, devo ao João a paciência de viver com alguém que sacrifica lazes à investigação. Como sempre, agradeço-lhe a compreensão e incentivo diários e a confiança inabalável no meu trabalho que nunca prescinde da sua leitura final e atenta. E da Inês recebo, por entre os seus silêncios que não são mais do que um certo pudor, a cumplicidade de sempre desta filha única, agora mulher de rara sensibilidade, capacidade literária, grandeza moral e sentido de cidadania de que tanto me orgulho e que tanto me encoraja.